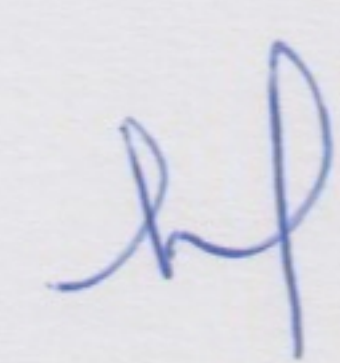
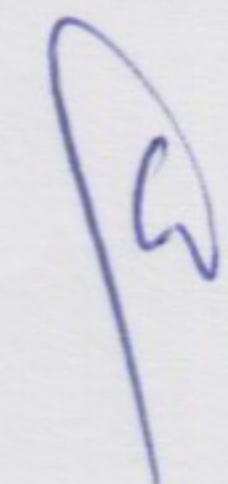
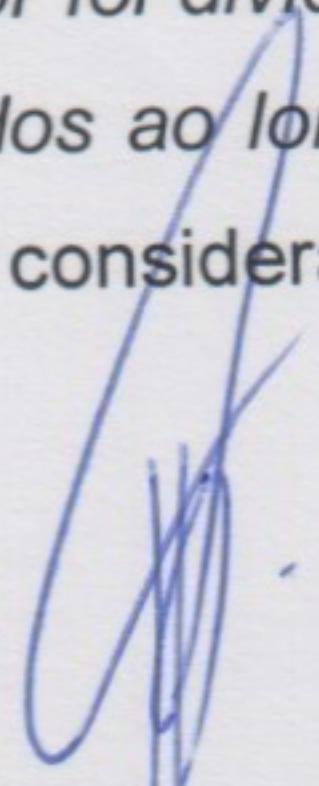


**PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA  
ATA DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO  
CONCORRÊNCIA 06/2012**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas, a Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência de Ronerson Bueno, acompanhado dos demais membros, reuniram-se para o ato de análise e julgamento das impugnações interpostas pelas empresas **BIO RESÍDUOS LAVARDA & LAVARDA LTDA** e **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA**. Os recursos foram interpostos tempestivamente, no dia 27/12/2012, e em síntese requerem: **1 – Quanto a empresa BIO RESÍDUOS**, a mesma solicita a anulação do edital tendo em vista que o edital possui falhas graves em suas planilhas de custo como a falta de inclusão de impostos e obrigações fiscais, alegando: *a) Falta de planilha de custo com custos e contribuição social, impostos e demais obrigações fiscais e trabalhistas; b) Descumprimento do artigo 40, inciso II da Lei 8.666/93, o item 5.1, planilha de custo do pessoal empregado na varrição e roçadas não corresponde com a realidade;* **2 – Quanto a empresa ECO VERDE**, a mesma solicita, também, a anulação do edital, alegando: *a) Descumprimento do artigo 40, inciso II da Lei 8.666/93, da Lei 8.666/93, onde o edital não apresenta orçamento estimado em planilhas estimativas de quantitativos em preços unitários dos impostos detalhados, encargos trabalhistas, sociais, salário base da categoria, e os que apresentam são inexeqüíveis; b) Planilha apresenta custo de determinado número de roçadores enquanto que o item 5.2.2, os equipamentos são exigidos a menos. Apresentou também dúvidas: a) – O edital exige que devam ser efetuadas as obras de construção da célula IV etapa três. No anexo termo de referência, o mesmo não explica de que forma a licitante poderá se ressarcir do valor total da implantação que é de R\$ 241.691,09 ao longo de dois anos.* A Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista que as dúvidas basearam-se apenas no memorial descritivo de competência da Secretaria Municipal de Obras, encaminhou os autos a Secretaria competente para auxiliar e emitir parecer acerca das dúvidas levantadas. A Secretaria Municipal de Obras, em conjunto com a empresa que presta assessoria técnica e ambiental (GSA Engenharia Ltda), encaminharam ao Setor de Licitações um parecer, em anexo, respondendo aos questionamentos. A Comissão à vista dos autos e do parecer técnico da Secretaria Responsável, passa a tecer os seguintes comentários: **I – Preliminarmente faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento dos serviços; II – Para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal; III – Os recursos foram apresentados pelas duas possíveis interessadas, coincidentemente, no**

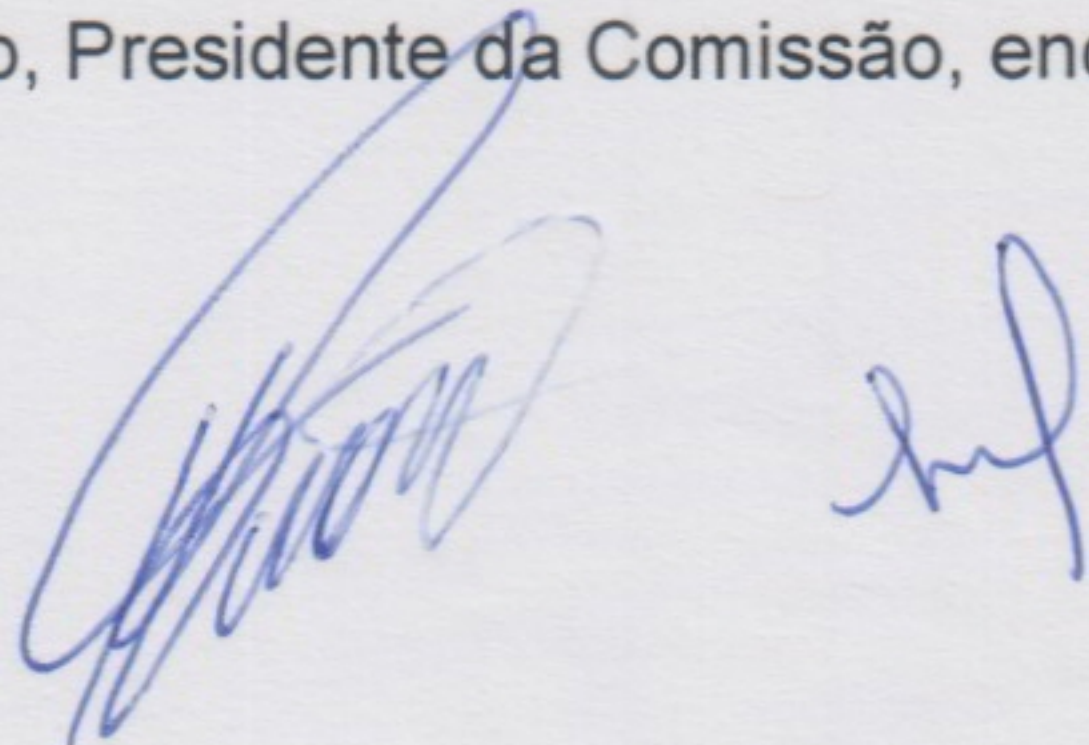


mesmo dia, na mesma hora e sob os mesmos fundamentos, sendo, desta forma, respondidos simultaneamente; **III** - Como muito bem observou a Secretaria Municipal de Obras e a empresa técnica responsável no auxílio, as empresas fundamentaram incorretamente o descumprimento do artigo 40, inciso II, da Lei 8.666/93 no edital pela "falta" de planilha, sendo que o fundamento correto é o parágrafo 2º, inciso II do referido artigo; **IV** - Para cada serviço a ser realizado, foram confeccionadas três tipos de planilhas: Pessoal, equipamentos e materiais ou serviços, sendo que na planilha pessoal existe a observação: "Neste valor está incluído o transporte, a alimentação, o uniforme, o EPI e todos os encargos sociais e tributários". Na planilha de equipamentos, existe a seguinte observação: "O valor unitário desta planilha é referente ao valor de mercado de hora máquina locada, onde já estão incluídos os encargos e lucros". Na planilha de serviços ou materiais e serviços, são apresentados valores de mercado de materiais e serviços efetivamente prestados onde estão incluídos os encargos, impostos e lucro", portanto, os questionamentos das empresas Bio Resíduos e Eco Verde não se justificam; **V** - Quanto a possível irregularidade quanto aos roçadores, número de máquinas e encargos: Tecnicamente não há divergência nenhuma entre o número de pessoas e o número de equipamentos para realizar os serviços de roçada. Este tipo de serviço não é realizado exclusivamente com as roçadeiras costais, que efetivamente executam o serviço de roçada na vegetação ao longo das vias públicas. É um serviço que é realizado por uma equipe: Enquanto alguns trabalhadores executam o corte da vegetação com as roçadeiras costais, outros seguram um anteparo tipo tela para evitar que pequenos objetos sejam arremessados contra as pessoas e veículos que transitam perto do local onde está sendo realizado o serviço. Há ainda outros trabalhadores que vão acumulando e ensacando os resíduos para posterior coleta. Quanto aos encargos, os mesmos estão inclusos nas planilhas conforme mencionado, portanto, novamente as impugnações não merecem prosperar. Quanto as dúvidas da empresa Eco Verde: A memória de cálculo do Edital de Concorrência 06/2012 é bem clara na forma de remuneração dos serviços prestados pela empresa contratada. Todos os valores são calculados anualmente, e dividindo-se este valor por doze meses, chegando-se a um valor mensal para referência da Concorrência. No caso da ampliação do aterro sanitário, o Projeto mostra que para executar as obras de ampliação do Aterro Sanitário (Célula IV da Etapa 3) será necessário um investimento por parte da Contratada de R\$ 241.691,09. Como o contrato é de dois anos, este valor foi dividido por dois (R\$ 120.845,57). Logo, a Contratada será ressarcida dos valores investidos ao longo dos dois anos de contrato. Desta forma a Comissão passa a tecer as seguintes considerações: **1** - Considerando que os encargos, conforme o exposto,





impostos e obrigações fiscais estão incluídos nos valores das planilhas, de acordo com a legislação vigente e os valores apresentados são os praticados no mercado; **2** – Considerando que não há irregularidades no edital e nas planilhas, principalmente quanto ao número de equipamentos e funcionários; **3** – Considerando que não se constatou ilegalidades ou cerceamento quanto à participação de licitantes; **4** – Considerando que todas as impugnações das empresas foram respondidas e não se justificaram. Após as considerações, a Comissão não vislumbra óbice pelo prosseguimento do edital. Desta forma, encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para que delibere sobre o prosseguimento ou anulação do edital. A íntegra desta ata encontrar-se-á, também, no site do Município [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br), link licitações, fazendo parte integrante do mesmo. Nada mais havendo a relatar, eu Ronerson Bueno, Presidente da Comissão, encerro a sessão, lavrando a presente ata.



*Acolho parecer da comissão, mantendo  
o prosseguimento do edital.*

*28/12/12*

